

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Recorde à vista	2
Título: Solução verde	4
Título: Fontes renováveis de energia também provocam impactos	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Após acordo, mineradoras vão indenizar 3 mil famílias por Mariana	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: » Olha a onda.	9
Título: Petrobrás busca solução rápida para evitar parada de fábricas de fertilizante	10
Título: Com atividades paradas, Hydro Alunorte nega demissão em massa	11
Título: Horário de verão adiado irrita associação de aéreas	13
VEÍCULO: Correio Braziliense	13
Título: Gasolina com preços mais baixos	13
VEÍCULO: Valor Econômico	14
Título: Leilões de ferrovia e de aeroportos só saem em 2019	14
Título: Para setor elétrico, futuro governo terá de apostar em diálogo e reforma da regulação	16
Título: Pressão de combustíveis e alimentos puxa IPCA para a meta, dizem analistas	18
Título: Quatro anos conturbados acirraram radicalismos	20
Título: Equinor define nova presidente para sua subsidiária no Brasil	22
Título: Destaques	24
Título: Hanergy procura sócio para construir fábrica no Brasil	25
Título: Governo e oposição buscam solucionar impasse com Hydro	26
Título: Petroleiras ignoram esforço da UE em desafiar sanções de Trump ao Irã	28

Título: Risco político pressiona pagadoras de dividendos	31
--	----

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/10/2018

Seção:

Autor: Manoel Ventura E Bruno Rosa

Título: Recorde à vista

Royalties devem render R\$ 67 bi

Os novos governadores e o próximo presidente da República vão entrar em 2019 com a perspectiva de receber a maior arrecadação de recursos com petróleo da História. Entre royalties e participações especiais, a projeção da Agência Nacional do Petróleo (ANP) é que a receita com a exploração do produto pelas empresas chegue a R\$ 67 bilhões. Os recursos serão distribuídos para União, estados e municípios.

Especialistas em contas públicas alertam, porém, que governadores e prefeitos precisam ter cuidado na hora de gastar o dinheiro dos royalties. Nas duas últimas décadas, entre altas e baixas do preço do petróleo, as prefeituras colecionam casos de mau uso dos recursos, como instalação de porcelanato em calçadão na praia e até pagamento de ração para canil. Dinheiro que, segundo especialistas, deveriam ser destinados a áreas como educação, saúde e saneamento.

A arrecadação de 2019 deve ser impulsionada pela alta na produção (principalmente do pré-sal), pelo dólar mais elevado e pela disparada do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

AVANÇO NO PRÉ-SAL

A projeção é que as receitas com a exploração da commodity cheguem a R\$ 53 bilhões neste ano. Os royalties e as participações especiais são uma compensação financeira pela exploração de petróleo. Nos contratos em vigor, estão previstos o pagamento de royalties sobre o petróleo produzido no mar. Além disso, está definido o pagamento de participação especial, que incide apenas sobre os campos de alta produtividade, como é o caso de Lula e Sapinhoá.

O governo trabalha com um barril de petróleo que custa, em média, US\$ 74,04 em 2019. Atualmente, o preço da commodity está girando em torno de US\$ 85.

— A produção vem aumentando pela expansão do pré-sal, que é um grande sucesso —disse o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), José Firmo.

O pré-sal chegou à marca de 1,5 milhão de barris de petróleo por dia, segundo a Petrobras. A expectativa é que o volume produzido na camada aumente progressivamente até 2022, com a entrada em operação de mais 19 plataformas, segundo a Petrobras. De cada quatro projetos de produção da estatal programados para os próximos anos, três serão instalados nessa camada.

A meta da Petrobras é elevar sua produção para 2,1 milhões de barris de petróleo por dia até o fim deste ano. Segundo uma fonte, até o fim do ano que vem, a produção deve ter alta entre 200 mil e 300 mil barris diários. Ainda neste ano, quatro plataformas devem entrar em operação no pré-sal da Bacia de Santos.

Para 2019, a estatal prevê a entrada em operação de três sistemas de produção: P-77 (Búzios), P-68 (Berbigão) e P-70 (Atapu), no pré-sal da Bacia de Santos. Cada uma pode produzir 150 mil barris diários.

Especialistas temem que o mau uso de recursos se repita. O Rio não conseguiu aproveitar o último boom do petróleo e usou receitas de royalties (que são variáveis) para pagar despesas com salários e benefícios (que são constantes). Isso contribuiu para o desequilíbrio das finanças do estado.

— Tudo que a gente precisa evitar é que esses recursos sejam destinados para despesas correntes (do dia a dia). Essa é a receita para dar errado. Se não houver um claro direcionamento desses recursos com responsabilidade, eles vão ser consumidos com despesas correntes, e vão ser novamente fruto de desajustes — disse Ana Carla Abrão Costa, da consultoria Oliver Wyman.

GESTÃO DE RECURSOS

José Luis Vianna, professor da Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFF e da Universidade Cândido Mendes, ressalta que as prefeituras não conseguiram criar mecanismos de estímulo à diversificação da economia:

— As cidades não aprenderam ainda a lição da última crise. Não há uma pauta de desenvolvimento das cidades. Não há uma análise para se entender quais seriam as novas vocações do interior do Rio, por exemplo.

Segundo Robson Gonçalves, professor dos MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é necessário investir em gestão para o uso correto dos royalties pelas prefeituras.

— Não adianta investir apenas em educação na área urbana se o espaço rural está desassistido. Não adianta pensar em infraestrutura se não há sala de aula. A fiscalização do uso desses recursos é falha, pois é necessário entender as carências de cada setor.

Maurício Canêdo, professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV, afirma ser preciso destinar pelo menos parte dos royalties para beneficiar as próximas gerações.

— O Rio tem que fazer o ajuste independentemente da arrecadação com royalties subir ou não — disse.

O economista do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) Sérgio Gobetti lembra que os preços do petróleo são voláteis, e as despesas dos governos não oscilam no mesmo ritmo: — Na época da bonança, os governadores gastaram demais o dinheiro que veio fácil, e não se preparam para um período de queda no preço do petróleo.

O especialista em contas públicas Raul Velloso defende alocar os recursos recebidos com petróleo em fundos de aposentadoria para os servidores públicos:

— O lugar certo para colocar esse dinheiro é em um fundo de pensão, porque servirá de lastro para uma dívida que não tem como ser paga hoje.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/10/2018

Seção: Sociedade

Autor: Ana Lucia Azevedo

Título: Solução verde

Preservar florestas pode evitar catástrofe climática

Florestas em pé evitam catástrofes climáticas, como secas e enchentes, e garantem a segurança hídrica e alimentar. Mas, além de regular os ciclos climático e hidrológico, as florestas contêm mais CO₂ que as reservas de petróleo, gás e carvão. Mantê-las vivas, por isso, é a forma mais eficiente de reduzir as emissões, capturar o carbono na atmosfera e evitar que a

temperatura média do planeta suba mais do que 1,5 grau Celsius até o fim do século.

Essa é a principal mensagem do documento apresentado ontem por 40 dos maiores especialistas do mundo em clima e florestas, às vésperas do lançamento do novo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), na próxima segunda-feira, na Coreia do Sul. O relatório do IPCC sobre impactos da mudança do clima não trará boas notícias sobre o agravamento de inundações e secas, especialmente essas últimas.

No documento de ontem, os cientistas explicam por que preservar as florestas é uma emergência e pode mitigar os problemas trazidos pelas alterações no clima. As florestas, diferentemente do que se costuma imaginar, contêm uma quantidade colossal de carbono. Além disso, removem quase 30% de todo o CO₂ que o ser humano lança na atmosfera.

— Elas não têm recebido a devida atenção, embora possam se tornar o principal mecanismo de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas nos próximos 50 anos. A atenção do mundo agora se voltará para elas —salienta o climatologista brasileiro Carlos Nobre, do Instituto de Estudos Avançados da USP e um dos mais respeitados especialistas do mundo sobre a relação entre o clima e as florestas tropicais.

BRASIL NA "LIDERANÇA"

Chamado "Cinco razões por que o clima da Terra depende das florestas", o documento foi redigido por especialistas de Brasil, Estados Unidos, França, Reino Unido e Áustria. Mas é especialmente importante para o Brasil. Aqui estão a Amazônia, a maior floresta tropical do mundo; a Mata Atlântica, a mais devastada; e o Cerrado, maior fronteira agrícola da Terra e, ao mesmo tempo, berço de nove das 12 maiores bacias hidrográficas do país.

Preservar florestas pode soar inicialmente apenas como obrigação, mas para o Brasil pode ser uma oportunidade, destaca Nobre. O Brasil é líder na produção agropecuária, o maior fator de destruição de florestas. Mas Nobre e os demais especialistas dizem que a ciência mostra que pode ser diferente.

— O Brasil tem todas as condições de liderar esse processo de mitigação sem reduzir a produção. Não é trivial, mas é possível. Como brasileiro, gostaria de ver o Brasil na liderança — afirma.

Ele cita estudos da Embrapa que mostram ser possível reduzir em 25% a área ocupada pela agropecuária e ainda assim aumentar em 35% a produtividade. Há terra de sobra a restaurar. Pesquisas da mesma Embrapa já revelaram que o país tem 30% de seu território degradados por pastagens sem uso, principalmente na Mata Atlântica.

O plano nacional de restauração brasileiro prevê a recuperação de 12 milhões de hectares de vegetação nativa. Principalmente na Mata Atlântica. Financiar a restauração não é simples, mas Nobre diz que existem opções atraentes para os produtores.

O Plano Safra, por exemplo, subsidia cerca de US\$ 10 bilhões para o produtor com dinheiro no contribuinte sem exigir contrapartidas ambientais, frisa. Mas existe o Plano ABC, de agricultura de baixo carbono, com experiências positivas de aumento da produção com integração de lavoura, pecuária, floresta e, agora, processos industriais. Planos como o ABC estimulam a produção sem devastar florestas. Uma sugestão é incluir o Plano Safra dentro do ABC, diz o pesquisador.

Entre seus pontos, o documento destaca que depende das florestas a oferta de água, da qual a atividade agropecuária é a maior consumidora, com cerca de 70% da demanda.

— A mensagem é: sem florestas, não há clima, não há água nem comida —frisa.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/10/2018

Seção: Sociedade

Autor:

Título: Fontes renováveis de energia também provocam impactos

Fazendas eólicas podem contribuir para aquecimento, alerta estudo

Para salvar o planeta do caos climático, o mundo precisa avançar rapidamente na transição dos combustíveis fósseis para as fontes renováveis de energia. E, para que a mudança seja bem-sucedida, é preciso avaliar os prós e os contras de cada modelo de produção energética.

Em artigos publicados ontem nas revistas "Environmental Research Letters" e "Joule", pesquisadores da Universidade de Harvard alertam que a transição para a energia solar ou eólica nos EUA irá exigir entre cinco e 20 vezes mais terras do

que se pensava, e que as fazendas eólicas de grande escala poderão aumentar a temperatura média da superfície da parte continental do país em 0,24 grau Celsius.

— O vento bate o carvão em qualquer medição ambiental, mas isso não significa que seus impactos sejam insignificantes — afirmou David Keith, professor de Física Aplicada na Escola de Engenharia e Ciências Aplicadas de Harvard, ressaltando que as tecnologias de baixo carbono também têm impactos sociais e ambientais.

Segundo Keith, a geração eólica está sendo superestimada por negligenciarem as interações entre as turbinas. Ao movimentar as pás, os ventos perdem força, criando uma "sombra do vento", o que pode reduzir a produção energética e provocar um aquecimento na superfície.

—

A densidade energética média, que é a taxa da geração energética dividida pela área ocupada pela usina, era até cem vezes menor do que as estimativas de alguns dos maiores especialistas no setor — afirmou Miller. — A maioria dessas estimativas não considerou a interação da turbina com a atmosfera. Para uma usina isolada, as interações não são importantes, mas, quando as fazendas se estendem por cinco a dez quilômetros, essas interações geram grandes impactos na densidade energética.

Para a energia solar, a densidade energética média é dez vezes maior que a produção eólica, mas também muito abaixo das estimativas anteriores. Dessa forma, concluem os pesquisadores, a transição exigirá mais terras do que previsto anteriormente.

EFEITO LOCAL

Segundo o outro estudo, publicado na "Joule", o aquecimento relacionado com as turbinas tem um efeito local, enquanto as concentrações de gases do efeito estufa exigem uma ação global para que os benefícios sejam sentidos.

— Se a sua perspectiva forem os próximos dez anos, a energia eólica, na verdade, tem mais impactos climáticos que o gás ou o carvão. Se a perspectiva forem os próximos mil anos, então a energia eólica tem muito menos impacto climático — destacou Keith.

Para a energia solar, os cientistas mediram que os impactos climáticos são cerca de dez vezes menores em comparação às fazendas eólicas.

— Esse trabalho não deve ser visto como uma crítica fundamental à energia eólica — defendeu o pesquisador. — Nossa esperança é que o estudo marque um ponto de virada onde os impactos climáticos da energia eólica comecem a receber consideração nas decisões estratégicas sobre a descarbonização do sistema energético.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/10/2018

Seção: Cotidiano

Autor: Carolina Linhares

Título: Após acordo, mineradoras vão indenizar 3 mil famílias por Mariana

Belo Horizonte- O Ministério Público de Minas Gerais fechou um acordo na última terça (2) com as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton para indenizar cerca de 3.000 famílias vítimas do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (a 85 km de Belo Horizonte), há quase três anos.

O desastre com o reservatório operado pela Samarco em novembro de 2015 matou 19 pessoas e espalhou rejeito de minério de ferro por 650 km de rios, até chegarem na foz do rio Doce e ao mar, no Espírito Santo.

O acordo encerra uma ação civil pública e uma ação cautelar, mas dá direito à Promotoria de ingressar com novos processos caso seja necessário. O termo foi homologado pela 2a Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da comarca de Mariana.

O acerto prevê reparação por danos morais e materiais e individualização dos valores a serem pagos. Os dados coletados no cadastro dos atingidos serão usados para determinar os danos que cada um sofreu.

A passagem da lama destruiu casas e vilarejos, contaminou fontes de abastecimento de água de cidades pequenas e grandes, como Governador Valadares (MG) e, além dos danos ambientais, causou transtornos à atividade pesqueira ao longo da bacia do rio Doce e no litoral do Espírito Santo.

A partir da entrega dos cadastros, a Fundação Renova, criada pelas mineradoras para reparar o desastre, terá três meses para apresentar as propostas de indenização. Depois, há um prazo de um ano para negociações.

Caso o atingido não concorde com a indenização proposta, poderá acionar a Justiça para pedir o valor que considera adequado. Nesses casos, o acordo assegura a inversão do ônus da prova para garantir os direitos da parte mais vulnerável.

O acordo ainda ampliou o prazo de prescrição dos direitos dos atingidos, que venceria no próximo dia 5, quando o desastre completa três anos. Agora, eles terão mais três anos para entrar em acordo com as empresas ou acionar a Justiça.

Participaram da formulação do acordo representantes dos atingidos, a assistência técnica coordenada pela Cáritas e a Defensoria Pública de Minas Gerais.

Para pagar as indenizações, a Samarco poderá utilizar os R\$ 300 milhões bloqueados pela Justiça.

Em junho deste ano, as mineradoras haviam assinado acordo com o Ministério Público Federal e diversos órgãos públicos para que os atingidos pelo desastre pudessem participar das decisões sobre os programas de recuperação da Fundação Renova.

O TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) estabelece que os atingidos façam parte diretamente das instâncias que negociam, consultam e validam as ações da Renova, além de integrarem os próprios conselhos da fundação. Eles terão ajuda de assessorias técnicas independentes, mas pagas pela Renova.

As mineradoras também devem pagar pelo serviço de fiscalizar a Renova feito pelos órgãos públicos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati Cynthia Decloedt Fernanda Guimarães

Título: » Olha a onda.

Coluna do Broadcast

A onda de migração ao Novo Mercado pelas empresas brasileiras tem sido observada na B3. No ano passado, grandes companhias lideraram esse movimento. Vale, Suzano e Eletropaulo realizaram conversão de suas ações e hoje têm em seu capital apenas papéis ordinários. Outras empresas, como Braskem e Via Varejo, já comunicaram a intenção de trilhar o mesmo caminho e ter apenas ações ON.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 05/10/2018****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes / RIO****Título: Petrobrás busca solução rápida para evitar parada de fábricas de fertilizante**

Planos. Paralisação das unidades da Bahia e de Sergipe está marcada para o fim do mês, mas governo de SE afirma ter recebido garantia da estatal de que as operações não serão suspensas e de que petroleira tenta repassar os ativos; estatal diz apenas que ainda procura alternativas

A Petrobrás tinha planejado abandonar definitivamente o negócio de fertilizantes no próximo dia 31, quando deveria paralisar as fábricas que mantém na Bahia e em Sergipe. O governo de Sergipe, no entanto, diz ter recebido a garantia da estatal de que as máquinas não serão desligadas neste mês, como previsto, e que a petroleira ainda tenta passar o ativo para outros investidores.

Já o governo da Bahia espera que a estatal apresente uma solução em reunião marcada para a próxima segunda-feira. Procurada, a petroleira informou, por nota, apenas que “o grupo de trabalho criado para encontrar alternativas à hibernação da Fábrica de Fertilizantes (Fafen) de Sergipe e Bahia, do qual participa ao lado de representantes dos governos e das federações de indústria dos dois estados, prossegue avaliando outras opções para o empreendimento”.

O anúncio da paralisação foi feito em março deste ano, ainda na gestão do ex-presidente da estatal Pedro Parente. Na época, a empresa argumentou que as duas unidades geravam prejuízo e que não eram o foco da sua estratégia. Em 2017, a Fafen-BA apresentou resultado negativo de cerca de R\$ 200 milhões e Fafen-SE, de cerca de R\$ 600 milhões.

Primeiro, a petroleira marcou para o fim do primeiro semestre a hibernação das fábricas, com a parada da produção e adoção de medidas de conservação dos equipamentos. No entanto, passados apenas oito dias, em 28 de março, a direção divulgou novo comunicado informando que a suspensão seria adiada para 31 de outubro.

Disse também que avaliava a criação de comissões para buscar alternativas à hibernação, desde que não significassem “prejuízos para a Petrobrás”. Desde março, a petroleira tem sido alvo dos apelos dos governos estaduais e de

sindicalistas. Eles tentam sensibilizar a diretoria da empresa da importância de manter a produção interna de fertilizantes nitrogenados num País cuja atividade econômica tem sido sustentada pelo setor agropecuário.

Apelaram também para o desemprego que a medida deve gerar. Ainda assim, por meses, “a diretoria da empresa se manteve insensível”, disse o secretário de Desenvolvimento de Sergipe, José Augusto Carvalho.

Mudança.

Nos últimos dias, porém, a posição da estatal mudou, segundo o secretário. O governador de Sergipe, Belivaldo Chagas Silva (PSD), disse ter recebido do presidente da República, Michel Temer, a garantia de que a Fafen do seu Estado não vai parar. Há cerca de dez dias, o presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro, recebeu representantes do governo sergipano para uma conversa na sede da empresa, no Rio.

E, na última terça-feira, o diretor responsável pelas duas unidades produtivas, Jorge Celestino, esteve com secretários de Sergipe, pela manhã, e da Bahia, pela tarde, para tratar do assunto. Presente a um dos encontros, Carvalho contou que Celestino reafirmou que as Fafens são negócios de pequena dimensão para a Petrobrás, mas que acha possível atrair interessados para os ativos.

“Ele coloca a possibilidade de atrair um parceiro”, afirmou o secretário sergipano, acrescentando que uma das soluções avaliadas é a abertura do capital das unidades produtivas. Já o governo da Bahia disse que o diretor da Petrobrás pouco informou sobre os planos da companhia, mas marcou novo encontro para a próxima segunda-feira, 8, com a presença de representantes da Federação das Indústrias da Bahia (Fieb).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/10/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Com atividades paradas, Hydro Alunorte nega demissão em massa

Descoberta de despejo irregular de rejeitos causou punição à norueguesa, que tem 4,7 mil funcionários

A Hydro Alunorte, do grupo norueguês Norsk Hydro, negou ontem que avalia demissões em larga escala neste momento, após informar na véspera a paralisação completa de suas operações de produção de alumina no Pará, medida que atinge 4,7 mil funcionários.

A empresa já funcionava com metade da capacidade desde março, por determinação judicial e de autoridades, devido à descoberta de despejos ilegais de efluentes não tratados pela fábrica na floresta amazônica, já admitidos pela norueguesa. A empresa nega que os efluentes tenham causado danos ao meio ambiente.

No entanto, na quarta-feira, a empresa anunciou que seu único depósito de rejeitos licenciado (DRS1) estaria próximo de sua capacidade máxima e informou ao mercado que iria cessar as atividades. A empresa está impedida de operar com seu outro depósito de rejeitos DRS2, por não estar licenciada e também por embargos de autoridades para o trabalho.

Em nota, a Hydro afirmou que está trabalhando em colaboração com os sindicatos e fará o máximo para reduzir as consequências para os funcionários. No entanto, reiterou que a decisão de suspender as atividades terá um impacto claro nos funcionários diretos e indiretos da Alunorte e da sua mina de bauxita de Paragominas.

“Como em março, as ações podem incluir férias coletivas, suspensões temporárias de contratos (empregados permanentes) e rescisão de contratados. A Alunorte e a Mineração Paragominas utilizam todos os recursos previstos em legislação”, disse a empresa. Do total de trabalhadores, cerca de 3 mil são empregados e terceirizados da Alunorte e 1,7 mil trabalham na mina de bauxita.

A empresa explicou ainda que as ações de suspensão das atividades da Alunorte e da Mineração Paragominas foram iniciadas na quarta-feira e que o procedimento para desligamento completo da Alunorte demora entre 30 e 60 dias. O retorno da operação da refinaria, explicou a Alunorte, irá demandar entre 60 e 90 dias.

Procurado, o Ministério Público do Trabalho para os Estados do Pará e Amapá afirmou, em nota, que vem acompanhando a situação referente aos trabalhadores da Hydro. “No momento, existe inquérito civil instaurado no órgão voltado a acompanhar as demandas trabalhistas decorrentes da interrupção das atividades da empresa”, afirmou.

“O MPT notificou a empresa para uma reunião semana que vem, a fim de tratar sobre como a interrupção das atividades afetará os trabalhadores.” / REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 05/10/2018****Seção: Metrópole****Autor:****Título: Horário de verão adiado irrita associação de aéreas**

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) informou ser contrária à decisão do governo federal de adiar o início do horário de verão. Pelo menos 3 milhões de passageiros, em 42 mil voos, serão afetados com o adiamento de 4 para 18 de novembro. O adiamento ocorreu para não prejudicar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A Abear solicitou à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que a data volte a ser revista.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 05/10/2018****Seção: Economia****Autor: Andressa Paulino****Título: Gasolina com preços mais baixos**

Com o recuo nas cotações do dólar para abaixo dos R\$ 4, alguns postos de combustíveis reduziram os preços da gasolina nas bombas. O combustível, que não é reajustado desde 28 de setembro nas refinarias, ficou R\$ 0,10 mais barato em alguns revendedores do Distrito Federal, segundo levantamento realizado pelo Correio.

De acordo com a pesquisa, no Setor de Indústrias Gráficas (SIG) é possível encontrar o litro da gasolina por R\$ 4,80, enquanto, na semana anterior, o preço era de R\$ 4,90. No entanto, os postos da Estrada Parque Taguatinga (EPTG) continuam sendo os estabelecimentos que oferecem o valor mais em conta: R\$ 4,70 por litro.

Insatisfeita com os gastos que tem para abastecer o carro, a empresária Paola Crestani, 34 anos, contou que os aumentos excessivos fazem com que qualquer diminuição no preço do combustível não seja sentida, no fim das contas. “São 10 aumentos no mês para uma diminuição, então, quando o preço fica mais baixo, a gente nem percebe”, reclamou. “A gasolina está tão cara, que seria preciso uma diminuição considerável para a diferença ser sentida no bolso”, acrescentou.

O gerente de tecnologia da informação Erik Fernandes, 28 anos, já está

deixando a gasolina de lado como tática de economia. “Agora, eu só abasteço com etanol, que é mais barato. Eu não consigo mais arcar a gasolina no valor em que está”, afirmou. Apesar de trabalhar como motorista de transporte particular, ele contou que, nos fins de semana, dá prioridade para a motocicleta, que é mais econômica.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Fernanda Pires e Daniel Rittner | De São Paulo e Brasília

Título: Leilões de ferrovia e de aeroportos só saem em 2019

É cada vez mais remota a possibilidade de o governo conseguir cumprir o cronograma e realizar os leilões da ferrovia Norte-Sul e dos 12 aeroportos neste ano. Diante das recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) para ajuste dos estudos da Norte-Sul e da retirada de pauta no órgão da análise da documentação dos aeroportos, a área técnica do governo trabalhava uma via alternativa: reduzir o prazo originalmente fixado entre a publicação dos editais e os leilões.

O assunto seria debatido em reunião do conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) marcada para ontem, mas a agenda foi cancelada e não tem mais data para ocorrer. A sensação na área técnica é de desânimo e frustração.

Como uma ala majoritária do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil insiste que é necessário cumprir o intervalo de cem dias - previsto em uma resolução do PPI -, os leilões da Norte-Sul e dos aeroportos só devem ocorrer mesmo no próximo ano.

A leitura de quem acompanha de perto o programa de concessões é de que subsiste nessa tese um fator político encabeçado pelo flanco ligado ao Partido da República (PR), com influência sobre o ministério. O PR integra a coligação do candidato Geraldo Alckmin (PSDB) à Presidência da República e teria interesse em ver os leilões ocorrerem apenas em 2019, como forma de negociar sua permanência à frente do Ministério dos Transportes no próximo governo.

A legenda tem bom diálogo tanto com o entorno do candidato Jair Bolsonaro (PSL) como com o PT, cujas candidaturas despontam como favoritas para o segundo turno das eleições.

Num escalão acima, o naufrágio da tentativa de encurtar o prazo entre o lançamento dos editais e a realização dos leilões é considerado, nos bastidores, um ponto de discordância entre os dois homens fortes do presidente Michel Temer que se mantiveram de pé neste governo: o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o titular do **Ministério de Minas e Energia, Moreira Franco**.

Fontes próximas ao Planalto dizem haver divergências entre ambos sobre o tema. Enquanto Padilha daria força para que o intervalo caísse, Moreira consideraria os cem dias uma "conquista regulatória".

A primeira resolução baixada pelo PPI de fato fixou o intervalo entre edital e leilão em ao menos cem dias. Mas, como a resolução não tem caráter vinculativo, a intenção da área técnica era diminuir esse prazo, adaptando-o a cada caso para que os leilões saíssem até dezembro.

Na prática, isso já vinha acontecendo. Dos mais de cem projetos do PPI que já foram leiloados, apenas cinco cumpriram os cem dias. Além disso, os projetos já estão no radar do mercado há tempos, que se prepara para apresentar as propostas.

A ferrovia Norte-Sul foi qualificada no PPI em 2016, com leilão previsto originalmente para o segundo semestre de 2017. Desde então, grupos se mobilizaram e, hoje, em que pesem as recomendações do TCU, o governo dá como certo o interesse privado no empreendimento, considerado um dos mais estruturantes da carteira do PPI.

Além dos russos da RZD, são considerados concorrentes naturais - e que estão estudando a fundo o projeto - a VLI e a Rumo, ambas concessionárias das ferrovias que acessam o miolo da Norte-Sul que vai a leilão.

Os aeroportos, por sua vez, foram qualificados pelo PPI em outubro de 2017 já com prazo inferior a cem dias entre o edital e a licitação. Até agora, ao menos 11 grupos manifestaram ao Planalto interesse em disputar os ativos. Há demanda pelos três blocos (Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste).

Até para os aeroportos do bloco do Centro-Oeste (Alta Floresta, Sinop, Várzea Grande e Rondonópolis), considerado o menos atrativo dessa rodada, o governo recebeu sinalização de que é segura a entrada de grandes operadores internacionais. Entre os quais a suíça Zurich, a alemã Fraport e a francesa Vinci.

Paralelamente à discussão para encurtar o prazo entre edital e leilão da ferrovia Norte-Sul e dos aeroportos, emergiu em parte da área técnica do governo a possibilidade de fazer o mesmo para os portos. Sobretudo em casos de terminais destinados à armazenagem e movimentação de combustíveis

localizados em regiões que dependem dessas instalações para serem abastecidas.

Contribui para isso outra situação que o governo quer acelerar: a solução para os contratos portuários vencidos que se mantêm vigentes por meio de instrumentos precários, como os chamados contratos de transição ou por meio de medidas judiciais. Somado a isso, a maioria dos projetos de terminais para arrendamentos listados no PPI é menos complexa do que, por exemplo, a concessão de ferrovias, o que, em tese, facilitaria a empreitada.

Na prática, contudo, a barreira para aplicar isso nos portos é ainda maior e tem natureza jurídica. O intervalo de cem dias está fixado no "Decreto dos Portos", publicado em maio de 2017, e, para descumpri-lo, seria necessária a edição de um novo decreto, o que, hoje, tem chance zero de ocorrer.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Para setor elétrico, futuro governo terá de apostar em diálogo e reforma da regulação

A equipe energética do novo governo terá pela frente muitos desafios a resolver no setor elétrico, que passa por um momento de mudanças tecnológicas e necessidade de aprimoramento na revolução. Além de questões urgentes como a privatização (ou não) da Eletrobras e acabar com o problema do déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês), o novo governo precisará reformular o modelo do setor, para que o crescimento de consumo de energia não cause colapso no fornecimento.

Segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**, as propostas dos candidatos são superficiais e não se aprofundam em temas necessários. As discussões intensas dos últimos dois anos, contudo, devem servir como um norte para o novo governo. A principal herança será o resultado da consulta pública 33, que foi discutida exaustivamente pela equipe antiga do **Ministério de Minas e Energia** com todo o setor e recebeu centenas de contribuições.

Um projeto de lei com a reforma do setor está no Congresso neste momento, mas a expectativa de aprovação neste ano é baixa entre os especialistas. "A preocupação nossa é que qualquer governo que assuma não queira reinventar a roda", disse Carlos Faria, presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace).

Para o presidente da entidade, o próximo governo, independentemente de quem for, precisará dar continuidade às discussões sobre o projeto de lei de reforma do marco legal do setor. "O modelo atual não suporta mais as necessidades do setor elétrico. Estamos pagando uma das energias mais caras do mundo", disse Faria.

"A regulação é imperfeita, insuficiente até para lidar com a realidade atual do setor", disse Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil. Para o especialista, as regras atuais são atrasadas levando em conta o cenário de mudanças tecnológicas que o setor elétrico enfrentará nos próximos anos, com geração distribuída, armazenamento de energia, mobilidade elétrica e redes inteligentes. "Essas questões foram tratadas recentemente pela consulta pública 33", disse Sales, lembrando também da proposta de privatização da Eletrobras.

Luiz Barroso, ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e um dos autores da CP 33, disse ao **Valor** que será importante que o governo tenha capacidade de articulação para colocar em prática a agenda técnica já pautada e discutida com o setor elétrico exaustivamente. "O maior desafio é o tratamento dos graves problemas atuais, que afetam o setor física e financeiramente, com graves impactos tarifários e que precisam ser equacionados para permitir o sistema sobreviver para chegar até este futuro. Ou seja, entre o 'antes' e o 'depois', existe o 'durante', cujo tratamento será o maior desafio da nova gestão", disse.

A Anace, com mais 23 associações do mercado de energia que formam o Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), preparou um documento com propostas para o setor elétrico e o entregou para todos os candidatos à Presidência. Entre os principais pontos, estão uma solução para o GSF, a implementação da reforma do setor e a privatização da Eletrobras. As entidades do setor elétrico também reivindicam um maior diálogo do novo governo com os agentes, a fim de evitar "canetadas" como a Medida Provisória (MP) 579, de 2012, que afetou o mercado de energia.

Para especialistas, a ideia é que o material resultante da consulta pública 33 seja a base de atuação do novo governo, uma vez foi discutida com todo o setor, diferentemente da MP 579.

Levantamento feito pela Comerc Energia analisando os planos de governo dos principais candidatos à Presidência aponta que as propostas reforçaram o contexto de "indignação e mudança", embora pouco específicas.

Praticamente todas as campanhas mencionam, por exemplo, foco em fontes renováveis, com destaque para propostas de candidatos como Marina Silva

(Rede), que propôs estímulo regulatório à geração distribuída e eficiência energética, com massificação da instalação de unidades de geração solar fotovoltaica. Geraldo Alckmin (PSDB) fala em priorizar políticas que permitam às regiões Norte e Nordeste desenvolver plenamente suas potencialidades. Guilherme Boulos (PSOL) defende a transição da matriz energética para fontes renováveis. Jair Bolsonaro (PSL) prevê a criação de uma base no Nordeste para uma nova matriz renovável. Fernando Haddad (PT) também propõe a expansão da geração por fontes renováveis, com modernização das usinas. Ciro Gomes (PDT) fala em políticas públicas para geração com biocombustíveis, biomassa, hidráulica, solar e eólica.

Os candidatos divergem quando o tema envolve privatizações. A Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) fez um levantamento sobre o posicionamento dos candidatos com relação à privatização da Eletrobras com base nos programas de governo dos candidatos e em afirmações feitas por eles em entrevistas. Dos 13 candidatos à Presidência, segundo a FNU, seis são contrários à venda da estatal: Haddad, Cabo Daciolo (Patriota), Ciro, Boulos, João Goulart Filho (PPL) e Vera Lúcia (PSTU). Outros cinco são favoráveis à privatização da companhia elétrica: Alckmin, Bolsonaro, João Amoêdo (Novo), Henrique Meirelles (MDB) e José Eymael (DC). Marina e Alvaro Dias (Podemos) são favoráveis à venda das distribuidoras da estatal, mas não se posicionam sobre a holding.

"Com propostas pouco específicas, muitas vezes os tópicos são abordados de forma genérica e abrangente, sem metas ou direcionamento de um planejamento estratégico", disse a Comerc em seu levantamento.

Esse também é o diagnóstico do professor Renato Queiroz, pesquisador do Grupo de Economia da Energia (GEE) da UFRJ. "Senti falta de uma abordagem mais focada no setor, visto que, se não for reformulado o modelo elétrico, podemos ter uma séria barreira ao crescimento da economia brasileira. Afinal, a cada aumento do PIB em 1%, o consumo de eletricidade cresce 1,5%."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Estevão Taiar | De São Paulo

Título: Pressão de combustíveis e alimentos puxa IPCA para a meta, dizem analistas

Os combustíveis e os alimentos devem ter pressionado a inflação de setembro, que no acumulado de 12 meses está cada vez mais próxima da meta de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga hoje o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do mês passado. A estimativa média de 33 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data aponta para uma inflação de 0,41%. Para o acumulado de 12 meses encerrados em setembro, a estimativa média é de 4,45%.

Em agosto, o IPCA ficou praticamente estável, apresentando pequena deflação de 0,09%, com o acumulado atingindo 4,19%.

A Mogno Capital calcula que a inflação do mês passado foi de 0,46%, influenciada principalmente pelos preços administrados, com previsão de alta de 0,85%, e pelo fim da deflação da alimentação no domicílio, com projeção de estabilidade dos preços.

Com previsão de 0,4% para o IPCA de setembro, o UBS também chama a atenção para as prováveis altas dos preços de transportes, combustíveis e alimentação no domicílio.

No entanto, os núcleos de inflação, que excluem itens com preços mais voláteis, estão em alta, mas devem seguir em patamares confortáveis.

No acumulado de 12 meses, eles vêm acelerando de 2,5% no primeiro trimestre para algo entre 3,5% a 4% nos três meses encerrados em setembro, "ainda abaixo" da meta de 4,5% para o IPCA cheio, lembra o banco suíço.

Já o Banco Safra calcula inflação de 0,43% para o mês passado. A instituição financeira revisou recentemente a sua projeção para o IPCA deste ano de 3,6% para 4%, justamente em função dos preços administrados, "o que não inverte nossa avaliação benigna da inflação". Essa conjuntura favorável, de acordo com o banco, fica clara quando observa-se os núcleos.

O Bradesco também afirma que a tendência é de uma "aceleração dos núcleos, ainda que o patamar siga contido". A instituição financeira espera que o IPCA fique em 0,44%.

A inflação de serviços também deve começar a acelerar ao longo deste e do próximo ano, na estimativa da Mogno.

A previsão para o acumulado de 12 meses é de 3,2% em setembro, para em seguida iniciar uma trajetória gradual de alta até 4,5% no fim de 2019.

Para o IPCA cheio, a gestora de investimentos tem estimativa de 4,7% em 2018, pouco acima da meta. Das 33 estimativas do Valor Data para os 12 meses encerrados em setembro, 12 já estão na meta ou acima dela. Mesmo assim, não há motivos para que o Banco Central suba os juros ainda neste ano, segundo Vagner Alves, economista da Mogno.

"Esse valor está dentro da banda de variação [que vai de 3% a 6%], é uma diferença pequena, totalmente em linha com o esperado", diz Alves, lembrando também da alta ociosidade da economia.

O UBS espera no quarto trimestre "aceleração da inflação" em razão de um real mais desvalorizado. No entanto, essa transmissão do câmbio para os preços deve ser "parcialmente contida pelo desemprego ainda alto e pela recuperação econômica frágil", o que "não é motivo para comemorar". A estimativa do banco suíço é que o IPCA termine o ano em 4,4%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/10/2018

Seção: Política

Autor: Raymundo Costa | De Brasília

Título: Quatro anos conturbados acirraram radicalismos

Foi de tirar o fôlego: o impeachment da presidente eleita em 2014, duas tentativas barradas na Câmara dos Deputado para tirar o sucessor de Dilma Rousseff e a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, o maior líder popular surgido desde a redemocratização, apanhado nas redes da Operação Lava-Jato. Some-se a isso a "delação do fim do mundo", entre tantas outras, e as gravações do empresário Joesley Batista nos subterrâneos do poder e está no ponto o caldo de cultura que transformou a campanha presidencial de 2018 na eleição dos extremos.

A crise dos últimos quatro anos teve início ainda em 2014, quando Dilma venceu a eleição para o Palácio do Planalto e não foi reconhecida pela oposição. O episódio poderia ter passado como uma "encheção de saco", como definiu seu adversário Aécio Neves (PSDB), se Dilma não começasse a quebrar suas promessas de campanha. A escolha de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda foi o divisor de águas. Nem Dilma acreditava no que estava fazendo, nem seus eleitores perdoaram a guinada.

Os primeiros protestos aconteceram com menos de 100 dias do primeiro mandato, em março, num panelaço que fez barulho por todo o país. Dilma culpou a oposição. Ainda no mandato, a presidente fora vaiada na abertura e no

encerramento da Copa do Mundo. Coisa dos "coxinhas", o termo que viria a ser consagrado mais tarde, nas grandes manifestações do impeachment, para distinguir o PT e seus aliados, os "mortadelas", da oposição e dos apoiadores do impeachment.

O Brasil estava radicalizado em duas posições, nos extremos, coxinhas e mortadelas.

Daí até o impeachment foi um pulo. Acossada pelo PMDB do vice-presidente Michel Temer, por um lado, e do outro pela descoberta que o PT estava sujo de lama da Lava-Jato, Dilma ficou virtualmente paralisada. Sem interlocução no Congresso, a "presidenta" talvez tivesse uma chance com a nomeação do ex-presidente Lula para a Casa Civil da Presidência da República. Uma atitude desesperada.

A tentativa de Dilma, como se recorda, esbarrou no grampo de uma conversa de Dilma com o ex-presidente, divulgada pelo juiz encarregado da Operação Lava-Jato, antes que a nomeação fosse efetivada. À época Lula e o PT reclamaram da interferência de Moro no processo político, mas não foram ouvidos. Só recentemente os atos de juízes, procuradores e policiais nitidamente tomados para influenciar a política passaram a receber algum tipo de questionamento. Então eram apenas heróis.

Sem Lula e sem paciência para tratar com o Congresso, Dilma virou presa fácil. A história registra que João Goulart caiu de maduro. Com Dilma não foi diferente. Em 2015 o MDB - então PMDB - queria apenas deixar de ser "decorativo". Nem Michel Temer nem seus acólitos Eliseu Padilha e **Moreira Franco** levavam a sério a hipótese da deposição. Houve duas ocasiões, entre julho e outubro, que empresários se reuniram com integrantes do governo e do PMDB. Na primeira conversa, decidiram lançar uma boia de salvação para a presidente; na segunda, largaram de mão justificando que Dilma não ouvia ninguém.

O impeachment tornou os dois lados irremediavelmente inconciliáveis. Os coxinhas viraram golpistas para os mortadelas, para todos os efeitos, não importa que o afastamento da presidente tenha arrebatado as maiores multidões da história. Temer assumiu com o programa "Ponte para o Futuro", um roteiro liberal acertado antes com os empresários e agentes financeiros, e uma recessão estimada em 6% do PIB, também a maior da história. De início, deu certo. Mas o novo presidente era um cabra marcado para morrer - e deu uma ajuda e tanto para o carrasco.

Ao contrário de Dilma, Temer era um presidente bem articulado no Congresso. Apanhado em outro grampo, feito pelo empresário Joesley Batista, Temer

conseguiu mais de dois terços da Câmara dos Deputados para barrar a abertura de um processo.

Na gravação, o presidente parecia avalizar pagamentos de Joesley para comprar o silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ), integrante da curriola do presidente, também preso em Curitiba. Temer ganhou também a segunda denúncia do Ministério Público Federal, mas saiu exangue da batalha e sem condições de aprovar mais nada no Congresso.

Outro ponto da crise desencadeada por Joesley Batista remete aos dias de hoje: de quebra o empresário também gravou o senador Aécio Neves pedindo um caraminguá de R\$ 2 milhões. Nem o PSDB, que saiu da eleição de 2014 com a vitória em 2018 no horizonte, conseguiu escapar da condenação de uma opinião pública enjoada com as estrepolias de seus políticos. Não por acaso os tucanos devem ficar fora do segundo turno de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Equinor define nova presidente para sua subsidiária no Brasil

A norueguesa Margareth Øvrum assume no dia 15 de outubro a presidência da também norueguesa Equinor no Brasil, em uma troca de postos com Anders Opedal, que deixa o Brasil para assumir a vice-presidente de Tecnologia, Projetos e Perfuração na Noruega, cargo que era ocupado por ela. Junto com Carla Lacerda, da ExxonMobil, é mais uma mulher comandando uma poderosa companhia de petróleo.

Com 36 anos na Equinor (ex- Statoil) Margareth acabou de completar 60 anos e conta rindo que ao começar a envelhecer achava que teria "um trabalho mais relaxante", mas uma ligação do chefe mudou tudo. "Meu chefe disse: 'Margareth, nós estamos fazendo coisas muito emocionantes no Brasil e eu preciso de um sênior lá, preciso que você vá para o Brasil'. E eu disse sim, claro. Tive que perguntar para o meu marido, mas ele me deu todo o suporte", lembra.

A executiva assume no momento em que a Equinor, que produziu 2,08 milhões de barris equivalentes em 2017, está investindo em grandes projetos no Brasil, onde serão alocados US\$ 15 bilhões até 2030. Além da segunda fase do campo de Peregrino, o primeiro operado pela companhia no país, a Equinor fez uma parceria com a Petrobras depois de comprar uma participação de 25% no

campo gigante de Roncador, também está desenvolvendo Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos e o bloco BM-C-33, onde foram encontrados três campos de petróleo. Em Roncador, a meta é aumentar em 5% a taxa de recuperação das reservas a vida útil do campo, um dos gigantes descobertos na década de 90, o que vai permitir a retirada de um volume adicional de 500 milhões de barris de petróleo.

"Temos muito que aprender com a Petrobras e ao mesmo tempo acho que podemos trazer nossas ferramentas de recuperação de petróleo da Noruega. Porque na Noruega nós sempre fomos forçados pelo governo a aumentar a recuperação", afirma.

As técnicas utilizadas para aumentar a taxa de recuperação de petróleo de campos marítimos são uma marca da Equinor, que tem 67% das ações controladas pelo governo da Noruega, reconhecida pela indústria. Na Bacia Continental Norueguesa a taxa média de recuperação é de 50%, a mais alta da indústria (que é de 35% em média) e a nova presidente da Equinor explica que o objetivo é aumentar o índice para 60% e até 70% em projetos gigantes. Essas ferramentas serão aplicadas em Roncador, explica Margareth.

Para se ter uma ideia do contraste com o Brasil nesse quesito, o fator de recuperação médio da Bacia de Campos, que durante anos respondeu por mais de 80% da produção nacional, é de 23%, segundo dados da ANP. E nos últimos cinco anos a produção marítima brasileira caiu 31%, de acordo com dados do regulador.

Margareth foi a primeira mulher a gerenciar uma plataforma de petróleo na Noruega. Para o novo cargo está procurando apartamento na zona sul do Rio, onde vai morar com o mais novo dos seus três filhos (com idades de 32, 29 e 19 anos) e com a namorada dele, que estão de mudança para o Brasil. O marido virá no meio do próximo ano, durante o verão no Hemisfério Norte, e uma dúvida é sobre a vinda da mimada cadela da família, que é idosa e tem problemas de saúde.

No Brasil, Margareth quer formar uma equipe com diversidade, não só de gêneros, com pessoas que saibam dizer não para ela. "Eu preciso de pessoas diferentes na minha mesa. Preciso de pessoas que possam dizer não para mim, que possam me desafiar, pensar diferente de mim. E acho que assim temos melhores soluções. De acordo com os níveis de gênero, minha equipe de gerenciamento tem 60% de mulheres", diz.

O estilo é de quem coloca metas difíceis e desafiadoras e espera que as pessoas cumpram. Mas frisa que é muito justa e humana. "A melhor desculpa para não vir a uma reunião ou chegar atrasado é devido a problemas familiares. Se

alguém tem filhos no jardim de infância ou que estão doentes, essa é a melhor desculpa para mim. Porque eu criei três filhos", observa.

Ela evita falar do clima eleitoral e repete o que tem sido ouvido por executivos do setor nas últimas semanas, que estão no país para ficar no longo prazo.

"Acho que a indústria é importante para o Brasil e muito competente também. Não acho que o que está acontecendo nas eleições importe tanto para o setor de óleo e gás e para nós. Mas é claro que é emocionante seguir as eleições, é muito diferente do que estou acostumada", afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/10/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Conselho da Petrobras

Os acionistas da Petrobras elegeram ontem, em assembleia geral extraordinária, Ivan Monteiro e Durval Soledade Santos como membros efetivos do conselho de administração da empresa, disse uma fonte. Os dois foram indicados pelo acionista controlador e substituem Pedro Parente e José Alberto Torres Lima, que renunciaram ao cargo em meio à greve dos caminhoneiros, entre o fim de maio e início de junho. Monteiro e Soledade já vinham atuando como conselheiros nos últimos meses. Monteiro acumulará a função de membro do conselho com a presidência da companhia. O executivo é presidente da Petrobras desde junho e tem seu mandato válido até 26 de março de 2019.

Barril do Brent recua 2%

Os preços do petróleo sofreram queda ontem no mercado internacional, pressionados por notícias sobre grande aumento nos estoques da commodity nos Estados Unidos e por informações de reforço na produção por parte de grandes empresas. O Brent para dezembro recuou 1,98% na ICE Futures de Londres, fechando em US\$ 84,58 o barril, enquanto o WTI de novembro caiu 2,72% na Nymex, em Nova York, sua maior baixa diária desde meados de agosto, para US\$ 74,33. O petróleo armazenado nos EUA avançou o correspondente a 8 milhões de barris na semana passada, de acordo com dados do governo. Ao mesmo tempo, o mercado botou na conta a possibilidade de Arábia Saudita e Rússia terem feito acordos para aumentar a produção.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/10/2018****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Hanergy procura sócio para construir fábrica no Brasil**

A fabricante chinesa de módulos fotovoltaicos de filmes finos (painéis solares flexíveis) Hanergy Thin Film chegou ao Brasil há três meses como distribuidora de produtos, e busca investidores para instalar uma fábrica no país, disse Han Rui, presidente da Hanergy Brasil, em entrevista ao **Valor**.

"O Brasil é um dos cinco mercados estratégicos que identificamos para investir", disse o executivo. Os planos para o país são divididos em duas etapas. Na primeira, a Hanergy busca desenvolver uma rede de distribuição e venda de seus produtos. No futuro, a ideia é investir na construção de uma fábrica própria aqui, que poderá fornecer produtos para toda a América Latina.

A expectativa é que esse parque industrial envolva investimentos da ordem de US\$ 400 milhões. "Estamos falando com bancos sobre financiamento e com investidores em busca de parceiros para viabilizar o projeto", disse Han Rui.

Diferentemente de fabricantes de painéis fotovoltaicos tradicionais, voltados para geração em larga escala e também projetos como telhados solares, a tecnologia desenvolvida pela Hanergy envolve finas películas de captação solar, que podem ser aplicadas em tecidos, telhas, materiais de construção e até mesmo na construção de "estradas solares" - uma rodovia que carrega durante o dia e se ilumina à noite.

No Brasil, a companhia pretende comercializar produtos como o guarda-sol solar, que, ao mesmo tempo em que abriga as pessoas à beira-mar, gera energia para carregamento de celulares e iluminação à noite. Outra aposta no mercado brasileiro é a mochila que contém películas solares para carregamento de computadores e capas protetoras para celular também geradoras de energia.

"Trouxemos o catálogo e estamos colocando no mercado os produtos que mais parecem atrair os brasileiros", disse o presidente da Hanergy Brasil. Por enquanto, os produtos são importados da China. "Estamos fechando contratos com distribuidores e parceiros locais de distribuição. Em dois meses, em dezembro, poderemos ver nossos produtos nas lojas, vamos vender em todo o país", afirmou. Como o preço da tecnologia é alto, o mercado consumidor alvo é de renda mais elevada. A aposta é que haverá grande demanda, principalmente

nos grupos de consumidores que fazem atividades ao ar livre, como esportes e caminhadas.

A tecnologia, contudo, não é apropriada às usinas de geração solar fotovoltaica, devido ao custo elevado. "O que podemos fazer é incluir os painéis flexíveis integrados na construção de imóveis, nos materiais de construção. Temos, por exemplo, a 'parede solar'", explicou Han Rui.

Com sede em Pequim, a Hanergy tem como fundador o executivo Li Hejun, que chegou a ser o homem mais rico da China entre 2014 e 2015. A holding Hanergy Thin Film Power Group Limited é listada na bolsa de Hong Kong, mas suas negociações estão suspensas desde maio de 2015, depois que suas ações despencaram 47% em um único pregão e investigações encontraram irregularidades na companhia, segundo o "Financial Times".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Murillo Camarotto | De São Paulo e Belém

Título: Governo e oposição buscam solucionar impasse com Hydro

O provável próximo governador do Pará já anunciou que vai negociar com a Norsk Hydro para ela religar o mais rápido possível as operações que mantém no Estado, enquanto o atual governo pressiona a empresa para justificar sua decisão de fechar as unidades temporariamente e continuar cumprindo acordo que fechou com as autoridades.

Favorito para vencer as eleições para o governo do Estado do Pará no próximo domingo, o ex-ministro Helder Barbalho (MDB) disse que irá procurar pessoalmente o presidente mundial do grupo norueguês, Svein Richard Brandtzaeg, para negociar a retomada da Alunorte. "A Hydro é uma empresa global que trabalha com respeito ao meio ambiente em outros países, o que me faz ter a certeza de que possam trabalhar aqui no Pará respeitando nossas florestas, nossos rios e nossa legislação. Vou lutar pessoalmente para que essa operação possa permanecer", disse Barbalho.

Enquanto isso, o governo atual do Pará, chefiado por Simão Jatene (PSDB), está pressionando a companhia para se explicar sobre a decisão. Um posicionamento oficial ainda não foi entregue, informaram. As autoridades exigem que o relatório da consultoria no qual a Hydro se baseou seja apresentado.

Segundo o governo, a Hydro tomou a decisão de desligar temporariamente as operações da mina de bauxita Paragominas e da refinaria de alumina Alunorte - anunciada ontem - depois que recebeu um alerta de risco ao depósito de resíduos sólidos 1 (DRS 1), onde guarda seus rejeitos, da consultoria Pimenta de Ávila.

A ideia é fazer um novo estudo, enquanto a Alunorte estiver parada, das possibilidades para se contornar o fato de a capacidade do depósito ter sido atingida. O ideal seria poder usar o filtro-prensa, tecnologia mais avançada, em vez do filtro-tambor, que era o utilizado até aqui no DRS 1.

O esgotamento acontece porque o equipamento desenvolvido pela empresa para prensar os resíduos teve seu uso embargado pela Justiça. Desde março deste ano, 50% da capacidade produtiva da Alunorte está interditada pelo envolvimento da empresa no despejo de água de chuva não tratada no rio Pará.

Candidato favorito para governar o Pará, Helder Barbalho disse que vai negociar a reabertura da refinaria de alumina

"Não há dúvida sobre esses vazamentos, uma vez que diretores da própria Hydro confirmaram os fatos em depoimentos aos investigadores da força-tarefa formada pelo Ministério Público Federal [MPF] e Ministério Público do Estado do Pará [MPPA], além de ser público e notório que o presidente da empresa admitiu à imprensa a confirmação dos despejos irregulares, ao ponto de ter pedido desculpas", diz o MPF.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme) do Pará, Eduardo Leão, os executivos garantiram que não há chance de rompimento na bacia de rejeitos. O problema seria um risco aos trabalhadores dessa área, dependendo de como os resíduos fossem depositados. "Meu sentimento é que devemos ter um resultado para essa questão em torno de uma semana", disse Leão ao **Valor**. "A vontade dos dois lados é resolver o mais rápido possível."

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) paraense informa que técnicos foram a Barcarena (PA) para analisar a situação de agora. Uma das grandes reclamações do governo de Simão Jatene (PSDB) é que há menos de um mês a mesma consultoria havia garantido a possibilidade de se usar o DRS 1 até maio do ano que vem.

Essa também foi uma reclamação do mercado financeiro. Analistas e investidores foram pegos de surpresa com a decisão de fechar Paragominas e Alunorte e desde o anúncio, durante a madrugada de ontem, as ações já caíram 14,5% na bolsa de Oslo. A consultoria de commodities INTL FCStone disse hoje,

em nota, que está "francamente surpresa de não ver o governo brasileiro mais preocupado em evitar o desligamento da unidade".

"Mas com as eleições ocorrendo no Brasil este mês, a tomada de decisão deve estar travada", opina Edward Meir, analista da FCStone.

Segundo Leão, da Sedeme, executivos da Norsk Hydro foram ontem a Brasília para discutir toda a situação no Ministério do Meio Ambiente com representantes do Ibama e do **Ministério de Minas e Energia**.

Enquanto isso, o Instituto Evandro Chagas (IEC), ligado ao Ministério da Saúde e que já divulgou relatórios comprovando a presença de contaminantes no solo e água próximos à refinaria, prepara um relatório final sobre o assunto. As diferentes análises feitas desde a denúncia do caso, em fevereiro, serão conectadas e o estudo está em vias de finalização, diz o instituto.

"O governo é a favor de que a empresa use a tecnologia mais moderna de filtração", disse Leão. "Nos oferecemos para negociar o licenciamento, já que oficialmente os licenciadores somos nós, mas a Hydro preferiu resolver com o Ibama."

Para o Ministério Público Federal (MPF) paraense, a demora do grupo em assinar os termos de ajustamento de conduta (TAC) e de compromisso (TC) e aceitar as auditorias que serão necessárias também atrasou a comprovação de segurança do DRS 2. Na opinião do órgão, o grupo tomou o risco de não se preparar corretamente para o fim da vida útil do DRS 1.

Segundo o acordo com as autoridades paraenses, a Hydro teria de apresentar ao fim de 30 dias úteis, desde a assinatura do TAC em 5 de setembro os termos de referência e planos de trabalho sobre a auditoria que será necessária na refinaria de alumina.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Michael Peel, David Sheppard e David Keohane | Financial Times, de Bruxelas, Londres e Paris

Título: Petroleiras ignoram esforço da UE em desafiar sanções de Trump ao Irã

As grandes companhias de petróleo da Europa estão ignorando a tentativa da União Europeia (UE) de blindar o petróleo iraniano das sanções impostas pelos Estados Unidos, por temerem que o esforço possa deixar seus negócios expostos a penalidades mais duras da administração Trump.

A UE anunciou planos para a criação de um canal especial de pagamentos para o petróleo que vem do Irã, mas executivos do setor e advogados afirmam que a medida é em grande parte simbólica porque não há garantias de que ela vá proteger as grandes multinacionais da reação dos EUA.

Patrick Pouyanné, executivo-chefe da Total, disse esta semana que a companhia francesa de petróleo não vai se juntar aos esforços da UE para contornar as sanções americanas ao Irã. "Não podemos correr o risco de sermos impedidos de usar o sistema financeiro dos EUA", afirmou, em uma entrevista coletiva na Rússia.

A resistência das empresas demonstra o grau do problema enfrentado pelos governos da UE que tentam manter vivo o acordo nuclear firmado com o Irã, diante das sanções impostas pelos EUA, que voltarão a ser impostas às exportações de petróleo e ao banco central do Irã em novembro.

Os maiores compradores europeus do petróleo iraniano incluem a Total, a Eni e a Saras da Itália, CEPSA e Repsol da Espanha e Hellenic Petroleum da Grécia. Mas os EUA prometeram punir qualquer companhia que desafiar as sanções ao Irã.

Muitas grandes empresas saíram do Irã mesmo com seus governos tentando manter os laços comerciais com o país, que foram vitais em convencer Teerã a concordar com restrições ao seu programa nuclear sob o acordo firmado em 2015.

Um porta-voz da Eni disse: "Não estamos mais presentes no Irã e nossos contratos comerciais vencerão naturalmente em novembro. Vamos acatar totalmente todas as sanções e regras decididas pela comunidade internacional".

A CEPSA, uma refinaria espanhola que disse que o petróleo iraniano respondeu por 13% de suas compras em 2017 e no primeiro semestre de 2018, alertou em um prospecto divulgado esta semana para os riscos que as sanções representam para os seus negócios. Na metade de outubro. A refinaria da CEPSA na Espanha deverá receber 1 milhão de barris do petróleo iraniano chamado Monte Udala, navio que, segundo observou um porta-voz da companhia, será o último vindo do Irã.

"Todas as companhias vão pensar em seus acionistas primeiro, independentemente do que os EUA fizerem", afirma um executivo do setor. "Ninguém vai correr o risco de se complicar por causa das sanções americanas."

Dados da Kpler, uma empresa que monitora o setor de petróleo, mostram que os embarques de petróleo iraniano para a Europa diminuíram. Caíram para 422

mil barris ao dia em setembro, ante 843 mil no mesmo período do ano passado. O número é o menor desde o começo de 2016.

Ameaça das sanções vem ajudando a alimentar um rali nos preços, que já levou o preço do barril do Brent para US\$ 86

Os demais signatários do acordo nuclear anunciaram formalmente na semana passada um plano liderado pela Europa para criar um veículo com propósitos especiais, para manter laços comerciais com o Irã, incluindo as exportações de petróleo. O acordo nuclear foi assinado pela China, Rússia, França, Alemanha e Reino Unido, assim como o Irã e os EUA.

Federica Mogherini, responsável pela política externa da UE, afirmou que o novo canal de pagamentos proposto "facilitaria a realização de transações financeiras legítimas com o Irã", permitindo a empresas europeias e talvez de fora do bloco a manterem suas relações comerciais com o país.

Mohammad Javad Zarif, ministro do Exterior do Irã, disse a jornalistas na semana passada que tem esperanças de que um acordo possa ser firmado, permitindo ao governo iraniano "vender nosso petróleo e receber os recursos". Teerã está confiante de que suas exportações de petróleo não serão paralisadas e acredita que conseguirá vender a commodity para pequenas e médias empresas da Europa que possuem poucos laços com os EUA.

Mas John Bolton, consultor de segurança nacional, disse na semana passada que a UE "é boa na retórica, mas ruim em colocar as coisas em prática", observando que o veículo com propósito especial não existe e que não há uma data oficial para a sua criação. "Não pretendemos que nossas sanções sejam burladas pela Europa ou qualquer outro país", acrescentou ele.

Uma pesquisa feita pelo "Financial Times" com dez executivos negociadores de petróleo, não revelou nenhuma disposição em negociar o petróleo iraniano e correr o risco das retaliações de Washington. A ameaça das sanções vem ajudando a alimentar um rali nos preços do petróleo, que já levou o preço do barril do Brent para US\$ 86 nesta semana, o maior patamar em quatro anos.

"As companhias que são concorrentes globais se preocupam com as pegadas que deixam nos EUA - e provavelmente elas se preocupam com muita coisa mais que um pouco de negócios com o Irã", diz Roger Matthews, advogado sênior e especialista em sanções da Dechert. "Para os grandes concorrentes, é difícil vislumbrar como esse canal de pagamentos, faria muita diferença."

Brett Hillis, sócio e especialista em sanções da Reed Smith, uma firma internacional de advocacia, diz que "o nível extraordinário de preocupação" das

grandes empresas de serem "pegas na rede do Irã" torna difícil ver qualquer uma delas participando do sistema de pagamentos de petróleo proposto.

Alguns diplomatas europeus admitem há meses, a portas fechadas, que seus planos são em parte uma tentativa simbólica de sinalizar seu compromisso com a continuidade do acordo nuclear com o Irã. "As companhias tomam suas próprias decisões", disse um ministro de governo da UE sobre as contramedidas europeias. "Na prática, é improvável que os grandes grupos queiram assumir quaisquer riscos, mas caba e eles escolher." **(Colaboraram Najmeh Bozorgmehr, de Teerã, Anjli Raval, de Londres, e Tobias Buck, de Berlim)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/10/2018

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado | De São Paulo

Título: Risco político pressiona pagadoras de dividendos

Na iminência do primeiro turno das eleições, o cenário indefinido coloca sob forte pressão uma estratégia de investimento considerada defensiva: a busca por empresas com forte geração de caixa e pagadoras de dividendos. Com uma parcela expressiva formada por estatais e empresas de setores regulados, como as elétricas, as carteiras com foco nas ações que mais remuneraram seus acionistas sofrem não só com os temores de uma guinada na gestão macroeconômica, mas com riscos ligados a mudanças de regras pelo Estado e na condução das próprias empresas.

O "rali" recente do mercado levou o Índice de Dividendos da B3 (Idiv) a virar para o azul no acumulado do ano, mas com um evidente descolamento do Ibovespa: as altas em 2018 são de 0,87% e 8,57%, respectivamente. No ano passado, o Idiv entregou um retorno próximo do alcançado pelo principal índice da bolsa: 25% ante 27% da principal referência do mercado.

A recuperação recente das estatais com a perspectiva de vitória das chapas de direita na eleição garantiu que algumas companhias elétricas e estatais melhorassem substancialmente o desempenho, mas os riscos persistem. Entre 33 ações que integram o índice de dividendos, 15 acumulam perdas no ano, entre elas estatais e empresas dos setores de energia e financeiro, os de maior relevância no Idiv. Em conjunto, empresas estatais, do setor elétrico e bancos têm um peso de 50% na carteira.

A vantagem de se investir em empresas pagadoras de proventos vai ser colocada à prova somente em 2019 - quando se inicia o próximo governo -, mas

a corrida eleitoral já coloca os riscos no horizonte. Um dos pontos que geram dúvida é a possibilidade de retomada da cobrança de imposto de renda sobre os dividendos. A tese é defendida, com maior ou menor afinco, pelos economistas dos principais candidatos à Presidência, especialmente depois da reforma tributária americana feita por Donald Trump no ano passado.

Com o corte da tributação sobre o lucro corporativo nos EUA, a leitura é que o Brasil perde competitividade se mantiver a atual carga. A solução, então, seria reduzir a tributação sobre as empresas e compensar a perda de receita com a taxa dos dividendos - a discussão já faz parte da agenda do atual ministro da Fazenda, Eduardo Guardia.

Mudanças de regras pelo novo governo - que pode sair de uma agenda mais reformista e alinhada ao mercado para a retomada de um populismo tanto à direita ou à esquerda - é outra fonte de preocupação. Políticas setoriais já afetaram empresas no passado: em 2012, a então presidente Dilma Rousseff aprovou a polêmica Medida Provisória (MP) 579, cujo objetivo era reduzir a conta de energia para os consumidores, mas que causou rombos elevados para as elétricas, grandes pagadoras de dividendos.

Para Marco Saravalle, "qualidade é uma estratégia absoluta" em momentos como o atual no Brasil porque, desde 2012, quando o setor elétrico passou a sofrer com os efeitos da MP 579, algumas verdades foram questionadas. Uma delas era de que uma carteira de dividendos é rentabilidade certa. Ele nota que companhias ligadas ao setor de commodities, por exemplo, não costumavam ser consideradas no geral nos portfólios voltados para dividendos e, agora, isso mudou.

"Se pegarmos Vale, ela pode fazer parte dessa estratégia porque não tem tanta dependência do cenário doméstico, ao contrário, é um ativo defensivo com o dólar alto", diz. "Além disso, a empresa vive um momento excepcional, de aumento de governança e com nova política de proventos, com expectativa de pelo menos 10% de 'dividend yield' [retorno com dividendos] ao acionista no ano que vem."

Não são apenas mudanças na esfera federal preocupam o mercado. O investidor também já coloca na balança dos riscos as eleições para governador, uma vez que boa parte das estatais são estaduais - na carteira do Idiv, destaque para Copel, Cemig e Sanepar.

Debate sobre cobrança de Imposto de Renda é fonte de incerteza para investimento em ações que pagam dividendos

Além dos aspectos microeconômicos, o ambiente de incerteza eleitoral eleva o prêmio de risco dos principais ativos de mercado - como dólar e juros -, provocando ajustes de preços para ações. Com o avanço dos contratos de juros futuros de longo prazo, por exemplo, as concessionárias de serviços - fortes geradoras de caixas - acabam sofrendo mais. Isso ocorre porque essas empresas têm receitas atreladas a ajustes tarifários, que por sua vez tendem a acompanhar a inflação. Por isso, são ações por vezes comparadas ao desempenho de títulos públicos de longo prazo.

Assim, se o prêmio de risco cresce, os preços das ações precisam se ajustar para incorporar a nova realidade. Na carteira do Idiv, um exemplo é a CCR, que tem um dos piores desempenhos no ano (-40,3%). O efeito de desdobramentos da Operação Lava-Jato sobre a empresa é um dos aspectos que se somam para derrubar a ação.

Ainda assim, vale mais a pena, nesses casos, migrar para um ativo conservador, como a renda fixa, do que ficar exposto a uma ação que vai embutir maior prêmio de risco. Soma-se a isso a preocupação com a previsibilidade de receitas, dado que a alta dos juros futuros joga dúvida sobre a expectativa para o endividamento.

"O investidor tem mais dificuldade hoje de enxergar uma carteira de dividendos com expressiva vantagem. Na maioria dos casos, as empresas que são boas pagadoras têm situação estável e são geradoras de caixa, mas isso não é observado de forma geral", afirma Ricardo Peretti, analista do Santander. "Banco do Brasil e Banrisul são estatais que pagam bons dividendos e vêm sendo muito pressionadas pela questão política."

Peretti nota que alguns investidores, especialmente no segmento pessoa física, têm demonstrado preocupação com o nível de instabilidade do mercado por causa da eleição. De acordo com ele, mesmo investidores acostumados com o movimento ficaram impressionados com as oscilações recentes.

Para Carlos Herrera, estrategista-chefe da Condor Insiders, o risco de se guiar apenas por um tipo de estratégia - como dividendos - ficou ainda maior agora, mesmo para o investidor que está na bolsa com esse foco.

"Em momentos como este é que investidores saem de uma situação mais cômoda para analisar melhor as oportunidades em que eles estão investindo", defende. "É preciso analisar caso a caso e ver se a companhia tem perspectiva de uma lucratividade razoável no longo prazo, com gestão financeira responsável. Isso tem que estar de mãos dadas com a política de dividendos."

MME / ASCOM .